II - Tenha sido admitido antes de convocada a Assembleia Geral Ordinária.

III - Tenha operado, sob qualquer forma, com a UNIMED DE BELÉM durante o ano anterior ao eleitoral.

IV - Satisfaça as demais condições estabelecidas neste Regimento Eleitoral, especialmente as previstas no art. 12 e Parágrafo Único.

CAPÍTULO VI DAS INELEGIBILIDADES

Art. 22º - São inelegíveis para os cargos do Conselho Fiscal:

I - Os cooperados impedidos por lei, pelo Estatuto Social, Regimentos Interno e Eleitoral da Unimed de Belém; os que estão sob os efeitos de condenação por pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; os com sentença transitada em julgado pelos crimes de Peita ou Suborno, Peculato, Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações, Modificação ou Alteração não Autorizada de Sistema de Informações, Extravio, Sonogação ou Inutilização de Livro ou Documento, Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas, Concussão, Corrupção Passiva, Facilitação de Contrabando ou Descaminho, Prevaricação, Condescendência Criminosa, Advocacia Administrativa, Violência Arbitrária, Abandono de Função, Exercício Funcional Ilegalmente Antecipado ou Prolongado, Violação de Sigilo Funcional, Violação do Sigilo de Proposta de Concorrência ou contra a economia popular, a fé pública, a propriedade e os crimes falimentares.

Parágrafo Único - Os membros do conselho fiscal não poderão ter entre si, nem com os membros do conselho de administração laços de parentesco até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral.

CAPÍTULO VII DA PROPAGANDA

Art. 23º - A propaganda será de responsabilidade exclusiva dos candidatos ao Conselho Fiscal.

Art. 24º - A UNIMED DE BELÉM, no que lhe couber, proverá os meios para que todos os concorrentes tenham iguais possibilidades de divulgação e propaganda em suas dependências, desde que, não colidam com o Estatuto Social da Cooperativa, os Regimentos Interno e Eleitoral vigentes ou cause prejuízo aos serviços;

Art. 25º - Será vedada qualquer forma de propaganda, que possa prejudicar ou denegrir a imagem da UNIMED DE BELÉM, na sua credibilidade diante de seus clientes e da opinião pública.

Art. 26º - A inobservância dos parâmetros e limites impostos à Propaganda ou que resultarem prejuízos à UNIMED DE BELÉM, poderá resultar, após justificativa, cancelamento do registro da candidatura pela Comissão Eleitoral.

CAPÍTULO VIII DA VOTAÇÃO

Art. 27º - A Assembleia Geral Ordinária terá sua instalação prevista conforme edital.

Parágrafo Único - Instalada a Assembleia Geral, serão iniciados os trabalhos considerando a pauta previamente aprovada e publicada; a ordem do dia e o processo eleitoral de votação.

Art. 28º - O processo de votação só poderá ser iniciado após a instalação da Junta Receptora de Votos.

§1º A Junta Receptora de votos será composta por 01(um) Presidente, 02 (dois) secretários e 01(um) suplente indicados em comum acordo entre os candidatos ao Conselho Fiscal até o dia 10 de março de 2016.

§2º - Não poderão fazer parte da Junta Receptora de votos, os candidatos nem os cônjuges e parentes dos candidatos em linha reta ou colateral até o segundo grau, também estão impedidos os membros participantes dos Conselhos cujos mandatos chegam ao fim.

Art. 29º - No local reservado à votação, a Junta Receptora de Votos, só permitirá a permanência de seus membros, um fiscal de cada candidato, oficialmente designado, e o eleitor chamado a votar.

Art. 30º - Antes de iniciar a votação, o Presidente da Junta Receptora exibirá as urnas destinadas à coleta de votos para verificação de que se encontram vazias e fará o lacre das mesmas, ou imprimirá e exibirá a zerésima, no caso de votação eletrônica, para verificação de que os arquivos se encontram sem dados.

Art. 31º - A votação iniciará tão logo a Junta Receptora tenha concluído os trabalhos de instalação da Sala de Votação ou no máximo às 12h00 e encerrará impreterivelmente às 18h00 do mesmo dia.

Parágrafo Único - para votação, cada eleitor, por ordem de chegada, entregará ao Presidente da Junta Receptora um documento de identidade com foto e receberá de um Secretário a cédula rubricada ou instruções para a votação eletrônica.

Art. 32º - O eleitor deverá assinalar até o máximo de 06 (seis) candidatos ao Conselho Fiscal.

CAPÍTULO IX DA APURAÇÃO

Art. 33º - A apuração do pleito será iniciada imediatamente após o término da votação.

Art. 34º - A Junta Receptora comporá com seus membros a Junta Apuradora de votos, que deverá realizar seus trabalhos diante dos cooperados presentes à Assembleia Geral.

Art. 35º - A Junta Apuradora, no caso das cédulas confeccionadas em papel, deverá considerar nulos os votos:

I - quando forem atribuídos votos a mais de 06 (seis) candidatos; II - conttenham rasuras ou tornem duvidosa a interpretação quanto à intenção do eleitor.

Art. 36º - Na apuração poderá ser utilizado sistema eletrônico, a critério da Comissão Eleitoral da UNIMED DE BELÉM.

Art. 37º - As impugnações de votos isolados, ou do total das eleições, deverão ser imediatamente julgadas pela Junta Apuradora.

Parágrafo Único - Das decisões da Junta Apuradora caberá recurso, para a Assembleia Geral, interposto por um fiscal ou por um candidato.

Art. 38º - Nas eleições para o Conselho Fiscal, a apuração será nominal e individualizada, considerando o número total de votos que cada candidato obtiver.

Art. 39º - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos individualmente, pela ordem decrescente de número de votos, até o 6º (sexto), sendo os 3 (três) primeiros os titulares e os 3 (três) últimos os suplentes.

Art. 40º - O Presidente da Junta Apuradora proclamará o resultado do pleito, fazendo lavrar a ata, que assinará juntamente com os Secretários, e pelos cooperados presentes na Assembleia Geral ordinária, perfazendo o número mínimo de 10 (dez) assinaturas. Parágrafo Único - Da ata deverá constar o número total de votantes, o número de votos válidos atribuídos a cada candidato ao Conselho Fiscal, o número de votos nulos e em branco, os pedidos de impugnação e demais ocorrências.

Art. 41º - No caso de empate, vencerá o candidato que tenha operado por maior tempo com a UNIMED DE BELÉM, no que se refere à prestação de assistência médica aos seus clientes.

Art. 42º - Os casos omissos deste Regimento serão resolvidos pela Comissão Eleitoral enquanto estiver constituída; pela Junta Receptora e pela Junta Apuradora, conforme cada caso; subsidiariamente, valendo-se da legislação eleitoral em vigor do País e, em última instância, pela Assembleia Geral da UNIMED DE BELÉM.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 43º - Integra a presente norma o Calendário Eleitoral.

Art. 44º - Este Regimento Eleitoral da UNIMED DE BELÉM, juntamente com Calendário Eleitoral que a ela se integra, foram aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião extraordinária do dia 01/02/2016.

Art. 45º - Este Regimento Eleitoral entra em vigor na data da sua publicação, na forma integral ou resumida, no Diário Oficial do Estado do Pará.

Art. 46º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Regimento Eleitoral anterior.

CALENDÁRIO ELEITORAL/2016

DIA/MÊS DIA/SEMANA HORA INFORMAÇÕES

11/02/2016 quinta-feira, 08h00min, início do prazo de 07 (sete) dias para a entrada de requerimentos de candidatos ao Conselho Fiscal. 17/02/2016 quarta-feira 18h00min, último dia do prazo para entrada de requerimentos de registro de candidatos ao Conselho Fiscal. 19/02/2016 sexta-feira 18h00min termina o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para qualquer cooperado em pleno gozo de seus direitos sociais impugnar o registro de candidatos. 21/02/2016 domingo 18h00min Termina o prazo de 48(quarenta e oito) horas de que dispõe a Comissão Eleitoral para notificar o candidato de que lhe foi negado registro, caso seja assim decidido. 22/02/2016segunda-feira 18h00min Termina o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para a impetração de recurso da decisão que negar ou indeferir o registro de

candidatos. 23/02/2016 terça-feira 18h00min Termina o prazo de 24(vinte e quatro) horas de que dispõe a Comissão Eleitoral para se pronunciar sobre os recursos, motivando sua decisão. 29/03/2016 terça-feira 07h00min Termina o prazo de 24(vinte e quatro) horas antes do pleito, de que dispõe a Comissão Eleitoral para providenciar as folhas com a relação de cooperados com direito a voto. 30/03/2016 quarta-feira 07h00min Primeira convocação da Assembleia Geral Ordinária.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião extraordinária do Conselho de Administração.

Dr. Wilson Yoshimitsu Niwa

Dr. Antonio Delduque de Araújo Travessa

Drª Norma Sueli dos Santos

Drª Leila Haber Feijó

Dr. Thomaz Guttemberg de Souza Rodrigues

Dr. Rilton da Silva Alves

Drª Maria de Nazaré Paes Loureiro

Dr. Robson Tadachi Moraes de Oliveira

Dr. Erivaldo de Araujo Maués

Drª Lury Iwasaka Neder

Protocolo 924495

BRASCOMP COMPENSADOS DO BRASIL S/A CNPJ 04.737.144/0001-86 - NIRE 15300011604 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Nº38 O Sr. Saul Chuny Zugmann diretor presidente da sociedade BRASCOMP COMPENSADOS DO BRASIL S/A, convida os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 12 de fevereiro de 2016, às 17:00 horas, no Lote 2, Setor 1, Quadra 3, do Distrito Industrial de Ananindeua, Cidade de Ananindeua, Estado do Pará, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (1) Alteração do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, a fim de redefinir a forma de composição da Diretoria, cuja proposta é que passe a ter a seguinte redação: "A sociedade será administrada por uma diretoria composta de 2 (dois) membros, acionistas ou não, residentes no país, sendo 1 (um) Diretor-Presidente e (1) Diretor-Executivo, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato por 3 (três) anos, podendo ser reeleitos"; (2) Eleição dos membros da diretoria com mandato de 3 anos; (3) Fixação da remuneração dos administradores. Ananindeua (Pa), 03 de fevereiro de 2016.

Saul Chuny Zugmann

Diretor Presidente.

Protocolo 924498

TRAMONTINA BELÉM S.A. Belém - PA - CNPJ nº 14.068.605/0001-29 AVISO AOS ACIONISTAS Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita no Distrito Industrial de Icoaraci, Av. Principal, 700, Setor C, Quadra 2, em Belém, PA, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Belém, em 05 de fevereiro de 2016.

Clovis Tramontina

Presidente do Conselho de Administração.

Protocolo 924546

TRAMONTINA NORTE S.A. Belém - PA - CNPJ nº 14.098.057/0001-80 AVISO AOS ACIONISTAS Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita no Distrito Industrial de Icoaraci, Av. Principal, 700, Setor C, Quadra 2, em Belém, PA, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Belém, em 05 de fevereiro de 2016.

Clovis Tramontina

Presidente do Conselho de Administração.

Protocolo 924553

TABELIONATO II OFÍCIO DE PROTESTO MOURA PALHA Encontram-se neste tabelionato os títulos cujos devedores não foram localizados dm-7018578b-e. negre da silva comercio-adeltex acabamentos texteis ltda epp-r\$429,01-dm-/004677/3-e negre da silva comercio-jump industria e comercio de confeccoos ltda-r\$749,48-dm-7375-1-m.m. construções e transporte ltda-ilmieri comercio e serviços eletr. Ltda-r\$2601,87-np-000024-eliana miranda silva-neves e flores ltda epp-r\$1416,00-dm-14944/03-israel alexandre martins me-imasil - industria e comercio de marmore sint-r\$358,60-dm-18629-c-manoel rocha lima filho-cooperativa de cred p i r orn cal calc es-sic/alto liberdade-r\$1265,17-cc-1596078-maiko luis ferreira da silva-